



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 783, DE 2021.

SUBSTITUTIVO

Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para ajustar a sua redação à vedação constitucional de coligações nas eleições proporcionais; para permitir, nas eleições proporcionais, a participação na distribuição dos lugares apenas dos partidos que tiverem obtido quociente eleitoral; e para revogar dispositivos da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral).

O CONGRESSO NACIONAL DECRETA:

Art. 1º. A Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, (Código Eleitoral), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 23-A. A competência normativa regulamentar prevista no parágrafo único do art. 1º e no inciso IX, do art. 23, restringe-se a matérias especificamente autorizadas em lei, sendo vedado tratar de matéria relativa a organização dos partidos políticos.” (NR)

.....



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luis Tibé
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD219934102600>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

.....
“Art. 91.....
.....

§ 2º-A É facultado aos partidos políticos celebrar coligações no registro de candidatos às eleições majoritárias.” (NR)
.....
.....

“Art. 107. Determina-se para **cada partido** o quociente partidário dividindo-se pelo quociente eleitoral o número de votos válidos dados sob a mesma **legenda**, desprezada a fração.” (NR)

“Art. 108. Estarão eleitos, entre os candidatos registrados por **um partido** que tenham obtido votos em número igual ou superior a dez (dez por cento) do quociente eleitoral, tantos quantos o respectivo quociente partidário indicar, na ordem da votação nominal que cada um tenha recebido.” (NR)

“Art. 109.
.....

I – dividir-se-á o número de votos válidos atribuídos a cada **partido** pelo número de lugares por ele obtido, mais 1 (um), cabendo ao **partido** que apresentar a maior média um dos lugares a preencher, desde que tenha candidato que atenda à exigência de votação nominal mínima;
.....
.....





CÂMARA DOS DEPUTADOS

*III – quando não houver mais **partidos** com candidatos que atendam às 2 (duas) exigências do inciso I, as cadeiras serão distribuídas aos partidos que apresentem as maiores médias.*

*§ 1º O preenchimento dos lugares com que **cada partido** for contemplado far-se-á segundo a ordem de votação recebida por seus candidatos.*

§ 2º Poderão concorrer à distribuição dos lugares todos os partidos que participem do pleito, desde que obtenham pelo menos 80% (oitenta por cento) do quociente eleitoral e os candidatos que tenham obtido votos em número igual ou superior a 20% (vinte por cento) desse quociente.” (NR)

*“Art. 111. Se **nenhum partido** alcançar o quociente eleitoral, considerar-se-ão eleitos, até serem preenchidos todos os lugares, os candidatos mais votados.” (NR)*

Art. 3º. A Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, passa a vigorar com as seguintes alterações:

*“Art. 6º É facultado aos partidos políticos, dentro da mesma circunscrição, celebrar coligações para **eleição majoritária**.” (NR)*

.....
.....
.....
.....

*“Art. 10. Cada **partido** poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, a Câmara Legislativa, as Assembleias*





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Legislativas e as Câmaras Municipais no total de até 100% (cem por cento) do número de lugares a preencher mais 1 (um).

.....

.....

“Art. 15.....

.....

§ 3º Os candidatos de coligações majoritárias serão registrados com o número de legenda do respectivo partido.” (NR)

.....

.....

“Art. 46.....

.....

II – nas eleições proporcionais, os debates deverão ser organizados de modo que assegurem a presença de número equivalente de candidatos de todos os partidos a um mesmo cargo eletivo, podendo desdobrar-se em mais de um dia, respeitada a proporção de homens e mulheres estabelecida no § 3º do art. 10 desta Lei;

§ 5º Para os debates que se realizarem no primeiro turno das eleições, serão consideradas aprovadas as regras, inclusive as que definam o número de participantes, que obtiverem a concordância de pelo menos 2/3 (dois terços) dos candidatos aptos, no caso de eleição majoritária, e de pelo menos 2/3 (dois terços) dos partidos com candidatos aptos, no caso de eleição proporcional.” (NR)





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Art. 4º Fica revogado o art. 105 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, (Código Eleitoral).

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em, de setembro de 2021.

Deputado LUÍS TIBÉ

RELATOR



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luis Tibé
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD219934102600>

